

28 NOV 1987

JORNAL DO BRASIL

# “Per vias brevissimas”

Antonio Delfim Netto

O velho Leonardo da Vinci foi um dos primeiros observadores a suspeitar de que o movimento dos corpos no mundo físico sempre se faz pelo caminho mais curto. “*Natura semper agit per vias brevissimas*”, nos disse ele. Os recentes acontecimentos políticos decorridos no Brasil bem que poderiam levar o ilustre presidente Sarney a suspeitar de que o mesmo princípio pode valer também para o mundo político.

De fato, tendo tentado por 30 meses o caminho mais longo do diálogo, da transação e da transigência, o presidente viu consumidas a sua paciência e a sua capacidade de ação. O presidente Sarney é certamente um político treinado, mas violou algumas regras básicas da negociação. A mais importante delas é a de que os dois interlocutores, ao sentarem-se à mesa, devem estar animados do mesmo desejo de chegar a um acordo: nesse caso, as transigências e concessões de parte a parte não são prejuízos ou derrotas, mas o instrumento da negociação.

Quando uma das partes não quer o acordo, mas não pode admitir isso francamente devido aos custos que teria de pagar, não adianta sentar à mesa. É perda de tempo, que dá ao adversário a vantagem de ir escolhendo o momento mais conveniente para explorar as oportunidades que se lhe oferecem. Neste caso, a parte com maior honestidade de propósito permite que o adversário transforme cada transigência, cada concessão, cada demonstração de grandeza em um fracasso visível, que serve apenas para desgastar ainda mais a sua posição no jogo.

Desde o início do governo, em março de 1985, estava claro, para quem tivesse um pouco de sensibilidade, que o PMDB nunca se conformou com a derrota que o destino lhe impôs. A escolha do vice-presidente Sarney foi desde a sua origem um ato de transação, admitido apenas como instrumento para a vitória no Colégio Eleitoral. Nunca passou pela cabeça

do dr. Tancredo ou do dr. Ulysses a possibilidade de que o sr. Sarney viesse a ocupar a presidência. Eles queriam o governo e o custo era muito baixo: o sr. Sarney seria figurante temporário e discreto, a ser utilizado por curto prazo, durante as vilegiaturas do presidente efetivo. Em matéria de custo/benefício, nunca um projeto pareceu tão atraente.

Seria muita ingenuidade pensar que esse fato fosse ignorado pelo sr. Sarney. Ele também aceitou o jogo porque nunca lhe passou pela cabeça ser o presidente. Afirmativa, aliás, que ele repetiu publicamente há poucos dias, num discurso emocionado.

Este é o pano de fundo que deve ser lembrado para entendermos a desagregação a que chegou a administração federal. Não adiantam os esforços e as transigências do presidente Sarney. Ele e o PMDB são forças naturalmente antagônicas e nada pode mantê-las unidas. A grande verdade é que o equilíbrio estável só pode ser atingido com a eliminação de uma delas. Ou o sr. presidente se submete definitiva e irrevocavelmente ao PMDB e cumpre o programa do partido, ou tem de ignorar o PMDB e assumir o que lhe resta de mandato para fazer a política inteligente e austera de que o Brasil precisa e merece.

A primeira solução seria um desastre ainda maior do que o que estamos vivendo. Só lhe resta, portanto, a segunda. O presidente deveria assumir de fato o governo, iniciando a sua ação por uma proposta de eleição direta do seu sucessor e do Congresso Nacional em novembro de 1988.

Esta simples proposta devolverá ao presidente toda a credibilidade de que necessita para propor diretamente ao povo (ignorando o PMDB) um programa coerente de salvação nacional. A nação e boa parte do Congresso Nacional o apoiarão e ele terá cumprido o seu destino “*per vias brevissimas*”, como sugere a natureza.

Antonio Delfim Netto é deputado federal pelo PDS-SP